

O mau caminho da transposição

| FERNANDO TOLEDO*

Único poder constituído no Nordeste a realizar sessões especiais e formalizar posição contrária à realização da obra de transposição do Rio São Francisco, reverberada como solução para levar água ao denominado Nordeste Setentrional, a Assembleia Legislativa de Alagoas observou, para adotar acertadamente tal atitude, uma linha de argumento consistente: a necessidade urgente de revitalização do rio, que mingua pela poluição e pela destruição das matas ciliares ao longo do seu curso.

Ainda há, entretanto, outros dados que vêm ao encontro da postura do Legislativo alagoano em relação à obra, que, até agora, só teve 15% de seu cronograma executado. O empreendimento gigantesco, que engolirá recursos comparáveis ao projeto

de Lei Orçamentária de Alagoas para todo o exercício de 2010 – estimado em 5,7 bilhões – é constantemente apontado por especialistas como mau caminho a ser seguido.

Quanto aos dados, causa-me espécie o fato de saber que diversos estudos demonstram hoje a má gestão dos recursos hoje a má gestão dos recursos hídricos disponíveis na região a ser contemplada pela obra de transposição. Os números são gritantes: há 70 mil açudes nessa área do Nordeste, comportando nada menos do que 87 bilhões de metros cúbicos de água, mas não há redes que distribuam esse imenso volume de água.

A transposição levará 2,1 bilhões de metros cúbicos, mas também carece de rede distributiva para as localidades isoladas e carentes de água. O Comitê de Gestão da Bacia do São Francisco, por 44 a 2, condenou o proje-

A transposição levará 2,1 bilhões de metros cúbicos, mas também carece de rede distributiva para as localidades isoladas

Diversos estudos demonstram hoje a má gestão dos recursos

to e denunciou que investimento dessa magnitude atenderá a menos de 20% da população do semi-árido. Cito também a Agência Nacional de Águas, que propôs, pela metade do custo da transposição, obras alternativas para 530 municípios.

O Fórum Nacional da Reforma Agrária ofereceu 140 tecnolo-

gias opcionais à obra. Soluções mais baratas e que não fazem a festa das poderosas empreiteiras brasileiras chegaram a ser suplicadas perante o governo federal, como a continuidade do projeto de construção de cisternas de placa, uma vez que 200 mil foram já construídas a custo bem menor.

O velho Chico está morrendo aos poucos e o que se percebe é que o governo federal aproveita agora a frágil correnteza do rio para nova incursão eleitoral fora de época, e com dinheiro público. Que fique registrado na história: o Parlamento alagoano debateu o tema, reuniu conhecedores do assunto e assumiu uma postura institucional contra essa obra multimilionária, fadada a se transformar num elefante branco.

(*) É presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas.

Os artigos publicados são de responsabilidades dos seus autores, não representando, necessariamente, a opinião do EBHSF.